



CLIPPING INTERNET
05/11/2022 ATÉ 05/11/2022



INDÍCE

1	ANIVERSÁRIO DO TJMA	
	1.1 BLOG DANIEL MATOS.....	1
	1.2 SITE IMIRANTE.COM.....	2
	1.3 SITE JORNAL ITAQUI BACANGA.....	3
	1.4 SITE O MARANHENSE.....	4 5 6
	1.5 SITE O PROGRESSO.....	7
2	CEMULHER	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	8
3	PRESIDÊNCIA	
	3.1 BLOG DO REGINALDO CAZUMBÁ.....	9
	3.2 BLOG O INFORMANTE.....	10 11
4	PROCESSO SELETIVO	
	4.1 PORTAL GUARÁ.COM.....	12

Reitora da Universidade Ceuma é agraciada com Medalha do Mérito Judiciário pelo TJMA

A reitora da Universidade Ceuma, Maria Cristina Nitz, recebeu a medalha e o Diploma de Mérito Judiciário das mãos do presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten

A reitora da Universidade Ceuma, Maria Cristina Nitz, foi uma das 40 personalidades agraciadas com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, por seus relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário estadual. A comenda foi entregue na manhã desta sexta-feira (4), na solenidade especial de comemoração dos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada na Sala de Sessões Plenárias da corte.

Maria Cristina Nitz recebeu a medalha das mãos do presidente do TJMA, desembargador Paulo Venten, que agradeceu a reitora e a instituição de ensino superior que ela representa pela valorosa colaboração à Justiça maranhense, por meio da formação de profissionais de alto nível na área do Direito e do apoio à prestação de serviços jurisdicionais à sociedade.

A reitora Maria Cristina Nitz exibe o Diploma de Mérito Judiciário com o qual foi agraciada pelos relevantes serviços prestados ao Poder Judiciário do Maranhão

Criada pela Lei 2.814/1967 e regulamentada pela Resolução N° 4/1999, a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo cultua a memória do primeiro chanceler do Tribunal das Relações de São Luís, sendo concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

Baldez é homenageado durante a comemoração dos 209 anos do TJMA

SÃO LUÍS - O presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), Edilson Baldez das Neves, foi homenageado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) com a medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, por indicação do desembargador José Gonçalo Filho, na manhã desta sexta-feira, 04, em comemoração aos 209 anos do Tribunal.

A solenidade especial homenageou personalidades pelos bons serviços prestados à justiça e à cidadania.

O Tribunal de Justiça do Maranhão é a terceira Corte mais antiga do Brasil e contou, nesta comemoração, com a participação da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, que foi uma das agraciadas com a Medalha. A solenidade de entrega foi conduzida pelo então presidente da Corte, desembargador Paulo Velten.

Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo - Criada pela Lei 2.814/1967 e regulamentada pela Resolução N° 4/1999, a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo cultua a memória do primeiro chanceler do Tribunal das Relações de São Luís, sendo concedida a personalidades que tenham prestado relevantes serviços à Justiça.

Informação: Fiema

Em pronunciamento histórico sobre o TJMA, Paulo Velten clama contra o ódio cego, a intolerância e o radicalismo ideológico

Por: O Informante

Data de publicação: 05/11/2022 - 12:50

Paulo Velten, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão. Foto: Ribamar Pinheiro

Em pronunciamento histórico sobre o Tribunal de Justiça do Maranhão, durante a sessão solene pela passagem dos 209 anos da instituição, nessa sexta-feira, 4, o presidente do Poder Judiciário do estado, desembargador Paulo Velten, conclamou a todos para que abandonemos o ódio cego, a intolerância e o radicalismo ideológico. “Tenhamos todos compromisso com a estabilidade da ordem jurídica constitucional. É ela quem nos levará adiante”, bradou.

Veja a íntegra do discurso do presidente do presidente do TJMA:

“Terceira Corte mais antiga do país, a Relação do Maranhão, como então era denominada, foi criada por resolução do Príncipe Regente, no Rio de Janeiro, em 23 de agosto de 1811, com seu Regimento expedido no dia 13 de maio de 1812, e sendo solenemente instalada em 4 de novembro de 1813, há exatos 209 anos. Fomos antecidos pela Relação da Bahia e do Rio de Janeiro.

A escolha do Maranhão como sede de uma nova Relação no Brasil, precedeu a Pernambuco, por razões geográficas e econômicas, já que o Estado, além de estrategicamente posicionado entre o Norte e o Nordeste, ainda desfrutava da riqueza propiciada pela Companhia do Comércio criada muitos anos antes pelo Marquês de Pombal para financiar o desenvolvimento da região.

A Relação maranhense tinha uma jurisdição que ia do Ceará ao Amazonas e era composta pelo governador da Capitania, por um chanceler e mais nove desembargadores, que antes dos despachos e julgamentos tinham que assistir a missa, celebrada na própria sede da Relação, evidenciando a dificuldade de, à época, realizar-se a separação entre Igreja e Estado. Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, que dá nome a uma de nossas comendas, foi o chanceler-mor na fundação.

A Relação do Maranhão foi instalada na antiga Casa da Câmara de São Luís, onde é hoje o Palácio de La Ravardière, sede da Prefeitura, sendo depois transferida para a Rua da Palma, esquina com a Rua 14 de julho, local em que funcionava, há até pouco tempo, a Delegacia do 1º Distrito Policial da Cidade.

São Luís tinha à época cerca de 12 mil habitantes. O Estado colonial maranhense inteiro, em torno de 80 mil, mais da metade formada por cativos vindos da África. E as pessoas livres não eram cidadãs, eram súditas da coroa portuguesa, sendo o Brasil, em 1815, elevado à categoria de Reino Unido ao de Portugal e Algarves.

Nossa estrutura jurídica estava começando a ser construída, quando um forte movimento liberal surgido na cidade do Porto em 1821 exige o retorno de D. João VI para Portugal. No ano seguinte, antes de partir, o

monarca estabelece que a Casa de Suplicação do Brasil, embrião do atual Supremo Tribunal Federal, passe a ser o tribunal de última instância do país, e não mais as cortes de Lisboa.

A criação dos tribunais no Brasil, incluindo a Relação maranhense e a Casa de Suplicação como última instância da Justiça, anotam Mendonça Lopes e Patrícia Rios, faz com que se estabeleça uma dualidade entre os domínios portugueses. Enquanto Portugal almeja reverter as conquistas brasileiras e fazer retornar o país à condição de colônia, a presença do Judiciário reforça cada vez mais as condições de independência do Brasil, que finalmente chega.

Aqui no Maranhão, onde diferentemente das províncias do centro-sul, por razões comerciais, o desejo era continuar fiel a Portugal, a independência chegou um pouco mais tarde e não sem muita luta e ameaça. Luta em Caxias, Itapecuru, Rosário e outras localidades. Em São Luís, ameaça de bombardeio sob o comando do pirata Lord Cochrane, que se valeu do evento para, em nome do Imperador, esbulhar o erário local. Contra o esbulhador voltou-se a pena corajosa do desembargador André Gonçalves de Sousa, membro da Relação maranhense, que votou contra o pagamento de qualquer valor a Cochrane.

A vida institucional do país avançava devagar, dando-se a outorga da primeira Carta Constitucional em 1824. Naquele distante século XIX, lembra Octaciano Nogueira, o Executivo não só se arrogava o direito de discutir a justiça das decisões do Judiciário, como também estava disposto a punir todos aqueles que, no seu exclusivo juízo, agissem em desacordo com suas crenças. Vivíamos em uma autocracia, o “Poder Judicial”, como era denominado pela Carta, não havia independência no Judiciário e menos ainda prerrogativas da magistratura, pois o Imperador, quando contrariado, podia decretar aposentadorias compulsórias e transferir magistrados vitalícios.

Sem uma ordem jurídica sólida e efetiva participação popular na gestão da coisa pública, irrompem vários conflitos sociais e políticos no Maranhão a partir de 1831, entre eles a Setembrada, um movimento de revolta de grupos locais desejosos de conquistar espaços de poder mediante o afastamento de lusos e brasileiros, conservadores brancos, que permaneceram na província após a independência, ocupando os principais cargos de poder, entre os quais os de membros da Relação maranhense.

Não encontrando meios de negar a demanda dos revoltosos nem as orientações contrárias do Conselho Geral da Província, o presidente Cândido José de Araújo Viana, simplesmente, mandou fechar a Relação maranhense e suspender das funções todo o corpo de desembargadores por um ano, conforme registro do nosso saudoso historiador, desembargador Milson Coutinho.

Cândido José de Araújo Viana, que mandou fechar o tribunal, antes de presidir a Província do Maranhão, era desembargador da Relação de Pernambuco, exercendo outra infinidade de cargos públicos. Tempos depois ele recebeu o título de Marquês de Sapucaí, virando nome de importante avenida do Rio de Janeiro, que quando mencionado, ironicamente, não nos remete à memória do homem público, mas tão somente ao sambódromo carioca.

Mal amanhece a República no país e a Junta de governo provisório, como de costume nos regimes autocráticos, já encontra tempo parapromover estragos no Poder Judiciário do Maranhão, demitindo em massa os integrantes da Relação, apesar destes haverem aderido de imediato ao novo regime.

TJMA abre Processo Seletivo com 405 vagas para estágio remunerado

5 de novembro de 2022 às 10:11

O Tribunal de Justiça do Maranhão - TJMA, declara a abertura de Processo Seletivo com 405 vagas e formação de cadastro reserva para estagiários de diversas áreas.

As áreas estão separadas entre os seguintes grupos:

Grupo 1 - Pós-Graduação: Direito (172);

Grupo 2 - Ensino Superior Pós-Graduação: Administração (10); Ciências Contábeis (6); Ciências da Computação (8); Comunicação Social/ Jornalismo (1); Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (1); Comunicação Social/Relações Públicas (1); Psicologia (10); Serviço Social (6);

Grupo 3 - Ensino Superior Graduação: Administração (3); Arquitetura e Urbanismo; Biblioteconomia; Ciências Contábeis (3); Ciências da Computação (1); Comunicação Social/Jornalismo (1); Comunicação Social/Publicidade e Propaganda (1); Comunicação Social/Relações Públicas (1); Direito (75); Engenharia Ambiental; Engenharia Civil; História; Pedagogia; Psicologia (2); Serviço Social (3);

Grupo 4 - Ensino Médio Profissionalizante: Administração (8); Contabilidade (6); Edificações (3); Informática (3); Serviços Jurídicos ou Ensino Médio Regular (80).

A fim de atuar nos cargos, é necessário que o candidato esteja em dia com as obrigações eleitorais, e militares quando do sexo masculino, esteja regularmente matriculado e frequentando cursos e ensino médio, superior e pós-graduação em direito e nas áreas de interesse do Tribunal de Justiça de Maranhão, dentre outros. Algumas oportunidades são reservadas aos candidatos que atendem aos critérios descritos no edital.

Os estagiários contratados deverão atuar em regime de 25 a 30 horas semanais, com bolsa auxílio que corresponderá a 60% do salário mínimo vigente, ou de um ou dois salários mínimos vigentes.

As inscrições devem ser realizadas no período de das 10h do dia 2 a às 17h do dia 16 de novembro de 2022, no site da Fundação Sôsândrade de Apoio ao Desenvolvimento da UFMA (FSADU), com a taxa sendo R\$ 15,00 a R\$ 30,00.

Há possibilidade de solicitar a isenção do pagamento entre os dias 2 a 4 de novembro de 2022, pelo que candidato que declarar que se encontra desempregado, é doador de medula óssea ou sangue, está em situação de vulnerabilidade econômica, ou foi nomeado pela Justiça Eleitoral para prestar serviços.

Da seleção

A avaliação se dará por meio de prova objetiva para todos os candidatos e prova discursiva para os cargos de ensino superior. A prova objetiva está prevista para ser realizada no período de 4 de dezembro de 2022.

TJ-MA comemora 209 anos e celebra democracia em evento de entrega de medalhas

Solenidade contou com a presença do presidente do STJ e ex-presidente José Sarney.

SÃO LUÍS - O Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA) completou 209 anos de existência, nesta sexta-feira (4), com uma solenidade de entrega de medalhas a pessoas que colaboraram com a Justiça e a cidadania. O presidente do TJ-MA, desembargador Paulo Velten, destacou a história de desafios do Judiciário maranhense, defendeu o Estado Democrático de Direito e reprovou pedidos recentes de intervenção militar no país, ao discursar em evento com a presença da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, e do presidente do Brasil de 1985 a 1990, José Sarney, entre outras personalidades.

Após uma síntese da história de mais de dois séculos de luta, avanços e retrocessos da terceira Corte mais antiga do Brasil – sempre contextualizando e relacionando os fatos a períodos políticos históricos brasileiros – o presidente do TJ-MA apontou, em discurso, a trajetória de resistência de magistrados e magistradas maranhenses a interferências externas, sempre em favor de um Judiciário independente e da democracia.

Dirigindo-se à ministra Maria Thereza de Assis Moura, o presidente do TJ-MA relatou diversas ações que honram o Tribunal de Justiça do Maranhão e servem para lembrar que instituições são feitas por pessoas. “E quando temos boas pessoas, criamos boas instituições e aceleramos a marcha civilizatória na direção de uma sociedade mais próspera, livre, justa, fraterna e solidária”, enalteceu.

Ao ressaltar os objetivos fundamentais da República, contidos na atual Constituição Federal, que disse que ela está a agitar as consciências para as palavras de Rui Barbosa, de que “fora da lei, não há salvação”. Paulo Velten acrescentou que, quando se quebra a ordem jurídica de um país, sabe-se como começa, mas nunca como, quando e contra quem termina.

“Deixemos as aventuras para outras dimensões de nossas vidas. No plano estritamente institucional, tenhamos todos e todas comprometidos com a estabilidade da ordem jurídica constitucional. É ela que nos levará adiante. Abandonemos o ódio cego, a intolerância e o radicalismo ideológico. Isso não é da natureza do povo brasileiro nem dos povos civilizados. Voltemos a nossa atenção com foco e energia para o que interessa: para o trabalho, educação, desenvolvimento e redução das nossas desigualdades, num ambiente de paz, cooperação, justiça e esperança”, afirmou.

Na presença de José Sarney, Paulo Velten atribuiu ao presidente do Brasil, de 1985 a 1990, a boa condução do processo de redemocratização do país, lembrando que ele também foi servidor do TJ-MA, quando foi diretor da Secretaria do Tribunal na década de 1950. Contou que o ex-presidente enalteceu o exercício do diálogo como caminho para a solução e citou uma frase do ex-senador. “Tenhamos paciência e cabeça fria e exercitemos o instrumento do diálogo. É ele o caminho para a solução. Repito a sabedoria nordestina 'com grito não se afina rabeça'”, repetiu Velten, sendo interrompido por aplausos de um plenário lotado.

Depois de reforçar a necessidade de estabilidade do país, o presidente do Tribunal enumerou avanços do Judiciário maranhense como uma instituição sólida, agradeceu aos representantes de outras instituições pela harmonia entre os poderes, destacou o planejamento estratégico, governança, resolutividade, integridade e transparência, além do respeito absoluto à Constituição e às leis do país, em sucessivas e eficazes administrações, que elevaram, nos últimos seis anos, a produtividade do Judiciário maranhense em mais de 300%.

Base da democracia

O ex-presidente José Sarney disse que a Justiça é a base da democracia. “Mais do que nunca, no momento atual, a Justiça tem sido a base da garantia dos direitos individuais, direitos sociais dos brasileiros”, resumiu o diretor da Secretaria do TJ-MA de 1951 a 1959. “Tenho uma ligação sentimental muito grande com o Tribunal, de maneira que, quando eu entro sempre aqui - nesse tempo essa parte não existia -, eu tenho uma grande emoção. Aqui comecei a minha vida”, concluiu.

Além do ex-presidente José Sarney, do presidente do TJ-MA e da presidente do STJ, também compuseram a mesa, o secretário-chefe da Casa Civil do Estado, Sebastião Madeira, representando o governador do Maranhão, Carlos Brandão; o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto; O conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) juiz Richard Pae Kim; o presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, desembargador Carvalho Neto; o procurador-geral de Justiça em exercício, Danilo José de Castro Ferreira; o prefeito São Luís, Eduardo Braide; e o presidente da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), juiz Holídice Barros; o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão (OAB-MA), Kaio Victor Saraiva Cruz.

O prefeito Eduardo Braide parabenizou a todos (as) que fazem parte do Tribunal e destacou a presença do Poder Executivo municipal, por meio de várias parcerias com o Judiciário. “E aqui eu destaco a parceria na área de regularização fundiária, na área de assistência social, então é fundamental que haja harmonia entre os poderes. E é isso que a gente vem trazer aqui, a mensagem de harmonia, mas também parabenizar pelos 209 anos”.

“Além da independência, a Constituição também estabelece, determina a harmonia dos poderes. É isso que nós praticamos no Maranhão”, acrescentou o deputado Othelino Neto, ao parabenizar o TJ-MA.

Homenagens

Mais de 40 homenageados e homenageadas foram agraciadas(os) com três tipos as medalhas: Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes e Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo.

As medalhas foram entregues pelos desembargadores(as) da Corte. O Tribunal, fundado em 4 de novembro de 1813, homenageou magistrados, magistradas, juristas, autoridades e profissionais de diversas áreas, que prestaram bons serviços à Justiça e à cidadania.

Othelino Neto prestigia solenidade especial em comemoração aos 209 anos do TJMA

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), prestigiou, nesta sexta-feira (4), a solenidade especial em comemoração aos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA). A cerimônia, conduzida pelo presidente da Corte, desembargador Paulo Velten, aconteceu na Sala das Sessões Plenárias, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

"Cumprimento todos os servidores do TJMA, em especial o presidente Paulo Velten. Ao mesmo tempo, reforço a relação de independência e harmonia mantida entre os Poderes Legislativo e Judiciário, conforme determina a nossa Constituição", ressaltou Othelino Neto.

A celebração foi marcada por homenagens a magistrados, magistradas, juristas e autoridades em reconhecimento aos bons serviços prestados à Justiça e à sociedade maranhense.

Em seu pronunciamento, o presidente da Corte de Justiça maranhense, Paulo Velten, enalteceu o trabalho desenvolvido pelo Judiciário.

"É um momento que deve ser comemorado por todos nós que construímos uma sociedade justa, fraterna e solidária. Temos compromisso com os valores democráticos e precisamos continuar trabalhando para honrar o Judiciário maranhense e colocá-lo em um novo patamar, à altura dos desafios do século XXI", disse o desembargador.

Os deputados estaduais César Pires e Helena Duailibe, assim como a presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, foram homenageados com a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo.

"Agradeço ao Tribunal por esta importante honraria concedida a mim, nesta data tão especial que marca a história de mais um capítulo da Corte de Justiça maranhense. O TJMA se destaca não apenas por ser a terceira mais antiga Corte do Brasil, mas, principalmente, por sua competência para a preservação dos direitos", enfatizou César Pires.

Outras duas comendas foram entregues aos homenageados: a Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima e a Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes.

Agência Assembleia

O post Othelino Neto prestigia solenidade especial em comemoração aos 209 anos do TJMA apareceu primeiro em O Maranhense.

TJMA comemora 209 anos e celebra democracia em evento de entrega de medalhas

O Tribunal de Justiça do Maranhão completou 209 anos de existência, nesta sexta-feira (4), com uma solenidade de entrega de medalhas a pessoas que colaboraram com a Justiça e a cidadania. O presidente do TJMA, desembargador Paulo Velten, destacou a história de desafios do Judiciário maranhense, defendeu o Estado Democrático de Direito e reprovou pedidos recentes de intervenção militar no país, ao discursar em evento com a presença da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, e do presidente do Brasil de 1985 a 1990, José Sarney, entre outras personalidades.

Após uma síntese da história de mais de dois séculos de luta, avanços e retrocessos da terceira Corte mais antiga do Brasil - sempre contextualizando e relacionando os fatos a períodos políticos históricos brasileiros - o presidente do TJMA apontou, em discurso, a trajetória de resistência de magistrados e magistradas maranhenses a interferências externas, sempre em favor de um Judiciário independente e da democracia.

Dirigindo-se à ministra Maria Thereza de Assis Moura, o presidente do TJMA relatou diversas ações que honram o Tribunal de Justiça do Maranhão e servem para lembrar que instituições são feitas por pessoas. "E quando temos boas pessoas, criamos boas instituições e aceleramos a marcha civilizatória na direção de uma sociedade mais próspera, livre, justa, fraterna e solidária", enalteceu.

Ao ressaltar os objetivos fundamentais da República, contidos na atual Constituição Federal, que disse que ela está a agitar as consciências para as palavras de Rui Barbosa, de que "fora da lei, não há salvação". Paulo Velten acrescentou que, quando se quebra a ordem jurídica de um país, sabe-se como começa, mas nunca como, quando e contra quem termina.

"Deixemos as aventuras para outras dimensões de nossas vidas. No plano estritamente institucional, tenhamos todos e todas comprometidos com a estabilidade da ordem jurídica constitucional. É ela que nos levará adiante. Abandonemos o ódio cego, a intolerância e o radicalismo ideológico. Isso não é da natureza do povo brasileiro nem dos povos civilizados. Voltemos a nossa atenção com foco e energia para o que interessa: para o trabalho, educação, desenvolvimento e redução das nossas desigualdades, num ambiente de paz, cooperação, justiça e esperança", afirmou.

Na presença de José Sarney, Paulo Velten atribuiu ao presidente do Brasil, de 1985 a 1990, a boa condução do processo de redemocratização do país, lembrando que ele também foi servidor do TJMA, quando foi diretor da Secretaria do Tribunal na década de 1950. Contou que o ex-presidente enalteceu o exercício do diálogo como caminho para a solução e citou uma frase do ex-senador. "Tenhamos paciência e cabeça fria e exercitemos o instrumento do diálogo. É ele o caminho para a solução. Repito a sabedoria nordestina "com grito não se afina rabeça", repetiu Velten, sendo interrompido por aplausos de um plenário lotado.

Depois de reforçar a necessidade de estabilidade do país, o presidente do Tribunal enumerou avanços do Judiciário maranhense como uma instituição sólida, agradeceu aos representantes de outras instituições pela harmonia entre os poderes, destacou o planejamento estratégico, governança, resolutividade, integridade e transparência, além do respeito absoluto à Constituição e às leis do país, em sucessivas e eficazes administrações, que elevaram, nos últimos seis anos, a produtividade do Judiciário maranhense em mais de 300%.

HONRA E ORGULHO

Falando em nome dos homenageados e homenageadas, a ministra Maria Thereza de Assis Moura disse estar muito honrada e orgulhosa por receber a Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo, que, assim como as demais medalhas entregues, significa o reconhecimento e o incentivo, indica acolhimento, aceitação e admiração, além de estimular o exercício do trabalho sério, íntegro e cuidadoso, que marca a trajetória profissional de todos os agraciados(as).

"Receba, presidente Velten, meu cumprimento e, especialmente, meu agradecimento pela alta honraria concedida e pelo convite que me foi feito para falar em nome dos agraciados. Trata-se hoje, acima de tudo, de comemorar a solidez desta Corte, perene e forte na defesa e na afirmação dos valores e das garantias constitucionais mais basilares e relevantes para o estado democrático de direito", agradeceu a ministra.

A presidente do STJ destacou o papel e o relevo que o Poder Judiciário tem em cada estado da Federação, porque é a ele que o cidadão recorre na defesa dos seus direitos, sendo, pois, protagonista na conservação e tutela dos direitos mais elementares, sendo, em consequência, o agente direto na promoção da igualdade e da paz social.

A ministra também citou palavras do jurista Rui Barbosa em defesa das leis contra os abusos, e acrescentou que cabe aos integrantes do sistema de Justiça aplicar a lei dentro dos parâmetros traçados pela Constituição Federal, garantindo o bem-estar da sociedade em um estado democrático de direito e também o fortalecimento das instituições.

Disse que cumpre valorizar o Tribunal de Justiça do Maranhão em seus mais de dois séculos de instalação, cabendo aos juízes de hoje dar continuidade à eficiente prestação jurisdicional, sempre buscando dar o melhor de si para que a missão constitucional e institucional do Tribunal de Justiça se perpetue.

"E, aqui, eu dou o meu testemunho do esforço feito por esta Corte para que o Estado do Maranhão ocupe um lugar de destaque em matéria de cidadania, possibilitando aos brasileiros e brasileiras que participem da vida na sociedade, desde o seu nascimento. O Maranhão é, hoje, um dos estados com maior unidades interligadas instaladas para o combate ao índice de sub-registro civil e, para isso, o Poder Judiciário, e em especial meu querido amigo Paulo Velten, contribuiu de forma exemplar, ao incentivar e possibilitar que as crianças saiam da maternidade com sua certidão de nascimento", parabenizou Maria Thereza de Assis Moura.

Leia

mais: <https://omaranhense.com/tjma-comemora-209-anos-e-celebra-democracia-em-evento-de-entrega-de-medalhas/>

Governo é representado em sessão solene dos 209 anos de fundação do Tribunal de Justiça

O secretário chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representou o governador Carlos Brandão na solenidade de comemoração dos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Na solenidade, ocorreu entrega de medalhas a pessoas que colaboraram com a Justiça e a cidadania.

O secretário Sebastião Madeira informou que em comemoração aos 209 anos do TJ, o governo do Maranhão entregou o sancionamento de uma lei complementar que altera os códigos de postura e reorganiza o poder judiciário. "Com muita honra participo desta solenidade histórica de 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão. Para comemorar, o governador Brandão sancionou a lei complementar solicitada pelo TJ. Os trabalho judiciais são de extrema importância para a manutenção da democracia e paz", frisou.

O presidente do TJ-MA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a história de desafios do Judiciário maranhense, defendeu o Estado Democrático de Direito e reprovou pedidos recentes de intervenção militar no país, ao discursar em evento com a presença da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, e do presidente do Brasil de 1985 a 1990, José Sarney, entre outras personalidades.

"Sempre o trabalho é para o povo baseado nos princípios da democracia sem tolerância para pedidos referentes ao período da ditadura. Já passamos dessa fase. Agora, é avançar e trabalhar em conjunto com os poderes legislativo e executivo", afirmou o desembargador Paulo Velten.

Homenagens

Mais de 40 personalidades homenageadas foram agraciadas com três tipos de medalhas: Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes e Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo.

As medalhas foram entregues por desembargadores e desembargadoras da Corte. O Tribunal, fundado em 4 de novembro de 1813, homenageou magistrados, magistradas, juristas, autoridades e profissionais de diversas áreas, que prestaram bons serviços à Justiça e à cidadania.

O post Governo é representado em sessão solene dos 209 anos de fundação do Tribunal de Justiça apareceu primeiro em O Maranhense.

Membros do MPMA participam da instalação da Ouvidoria da Mulher no Judiciário

A corregedora-geral do Ministério Público do Maranhão, Themis Pacheco de Carvalho, e a coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Enfrentamento à Violência de Gênero (CAO Mulher), Sandra Fagundes Garcia, participaram, nesta quinta-feira, 3, da inauguração da sala da Ouvidoria da Mulher do Tribunal de Justiça do Maranhão.

A solenidade foi dirigida pelo presidente do TJ, desembargador Paulo Velten, e contou ainda com as presenças do presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar, desembargador Cleones Carvalho Cunha, e da ouvidora nacional da Mulher do CNJ, desembargadora Tânia Regina Silva Reckziegel.

A Ouvidoria da Mulher deve funcionar como um canal especializado para recebimento das demandas relacionadas às violências contra a mulher, para personalizar o atendimento e tratamento desses casos, permitindo um encaminhamento mais célere e efetivo aos órgãos competentes; proporcionar uma escuta especializada das mulheres vitimadas pela violência de gênero; viabilizar o aprimoramento dos serviços institucionais especializados na temática.

Criada por meio da Resolução nº 97/2022, a Ouvidoria da Mulher vai funcionar na sede da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Cemulher/TJMA), localizada na Rua de Nazaré, 58, Centro.

O post Membros do MPMA participam da instalação da Ouvidoria da Mulher no Judiciário apareceu primeiro em O Maranhense.

Governo é representado em sessão solene dos 209 anos de fundação do Tribunal de Justiça

Comentar

Da Redação

SECOM/MA- Sessão solene dos 209 anos de fundação do TJ-MA. (Foto: Handson Chagas)

O secretário chefe da Casa Civil, Sebastião Madeira, representou o governador Carlos Brandão na solenidade de comemoração dos 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA). Na solenidade, ocorreu entrega de medalhas a pessoas que colaboraram com a Justiça e a cidadania.

O secretário Sebastião Madeira informou que em comemoração aos 209 anos do TJ, o governo do Maranhão entregou o sancionamento de uma lei complementar que altera os códigos de postura e reorganiza o poder judiciário. “Com muita honra participo desta solenidade histórica de 209 anos do Tribunal de Justiça do Maranhão. Para comemorar, o governador Brandão sancionou a lei complementar solicitada pelo TJ. Os trabalhos judiciais são de extrema importância para a manutenção da democracia e paz”, frisou.

O presidente do TJ-MA, desembargador Paulo Velten, ressaltou a história de desafios do Judiciário maranhense, defendeu o Estado Democrático de Direito e reprovou pedidos recentes de intervenção militar no país, ao discursar em evento com a presença da presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministra Maria Thereza de Assis Moura, e do presidente do Brasil de 1985 a 1990, José Sarney, entre outras personalidades.

“Sempre o trabalho é para o povo baseado nos princípios da democracia sem tolerância para pedidos referentes ao período da ditadura. Já passamos dessa fase. Agora, é avançar e trabalhar em conjunto com os poderes legislativo e executivo”, afirmou o desembargador Paulo Velten.

Homenagens

Mais de 40 personalidades homenageadas foram agraciadas com três tipos de medalhas: Medalha dos Bons Serviços Bento Moreira Lima, Medalha Especial do Mérito Cândido Mendes e Medalha do Mérito Judiciário Antônio Rodrigues Vellozo.

As medalhas foram entregues por desembargadores e desembargadoras da Corte. O Tribunal, fundado em 4 de novembro de 1813, homenageou magistrados, magistradas, juristas, autoridades e profissionais de diversas áreas, que prestaram bons serviços à Justiça e à cidadania.